
Entrevista realizada na residência do entrevistado, em São Paulo,
no dia 26 de junho de 2015, por Gunter Axt.

DURVAL AYRTON MOURA DE ARAUJO



Durval Ayrton Moura de Araujo nasceu em 17 de dezembro de 1919, em Cuiabá, no Mato Grosso do Sul. É filho de Dacio Browe de Araujo e Ostilia Moura de Araujo. Casou-se com Veralice Toledo Ladeira de Araujo. Graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), em 1943. Começou suas atividades na Justiça Militar como defensor dativo substituto, em 1947. No mesmo ano, em agosto, ingressou no Ministério Público Militar, nomeado para o cargo de segundo substituto de promotor de primeira entrância, para atuar na 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, em São Paulo. Em agosto de 1948, foi nomeado primeiro substituto de promotor de primeira entrância. Em 1959, prestou concurso público para ingresso na carreira como efetivo, posicionando-se na 17ª colocação entre os aprovados. Em 9 de novembro de 1960, teve reconhecida, pelo presidente da República, a estabilidade no cargo, por ocupá-lo durante mais de cinco anos, do qual, entretanto, foi afastado, temporariamente, pelo ministro da Justiça em princípios de 1964. Foi reintegrado em abril de 1964. Em 10 de maio de 1971, foi aproveitado no cargo de procurador de terceira categoria. Em 6 de janeiro de 1972, foi promovido a procurador de segunda categoria da 1ª CJM da Guanabara. Ainda nesse ano, em junho, foi designado membro da Subcomissão-Geral de Investigações no Estado de São Paulo. Em abril de 1979, foi designado para ocupar função de assessoramento junto à chefia da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo. Em julho de 1980, ascendeu ao cargo de procurador militar de primeira categoria, funcionando na 2ª Auditoria da 2ª CJM, em São Paulo. Em janeiro de 1990, aposentou-se.

Memória MPM – *O senhor é natural daqui, de São Paulo?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sou natural do Mato Grosso do Sul, onde meu pai ajudou a construir os quartéis de Bela Vista e de Ponta Porã, pela Construtora de Santos, em 1915. São quartéis desmontáveis. Foi nessa ocasião que meu pai conheceu minha mãe, natural daquele Estado, da família Moura. Ela tinha 16 anos. Tiveram dois filhos, que lá nasceram, mas logo depois mudamos para São Paulo.

A minha trajetória no Ministério Público é longa, pois tenho 95 anos de idade e acho que hoje sou o mais antigo membro da instituição: completo 96 anos agora em dezembro. Cursei o CPOR em 1943, quando estávamos em guerra. Estava no quarto ou quinto ano da Faculdade e entrei para o CPOR, que funcionava na rua Abílio Soares, em São Paulo. Quando fiz o estágio, fui promovido a capitão R/2 (que significa da reserva). Estagiei no 4º Esquadrão de Cavalaria. Lá conheci, entre outros, um cabo que se chamava Anselmo, que se envolveu no roubo de uma vaca, sobre o qual abriram inquérito. Ele foi processado na 2ª Auditoria de Guerra. Como eu já estava praticamente formado, fui defender o cabo e consegui sua absolvição: ele não tinha nada a ver com a vaca, que, simplesmente, tinha sumido. Assim, conheci a Justiça Militar.

Nessa ocasião, o auditor era o Dr. [Otávio] Steiner do Couto, antigo na Justiça Militar e na 2ª Auditoria. Quando terminou a sessão, ele me chamou e perguntou se eu gostaria de assumir uma vaga de advogado de ofício substituto que estava disponível. Eu comecei a advogar muito cedo, porque trabalhava com um tio que era advogado em São Paulo e tinha uma banca grande. Então, já conhecia alguma coisa. Concordei e ele me nomeou primeiro substituto de advogado da Justiça Militar em 1947... Faz muito tempo!

A minha função era substituir os advogados titulares durante as férias e impedimentos. Então, eu trabalhava, em geral, de três a quatro meses por ano. Foi assim que comecei, como advogado de ofício. A composição, naquela época, era curiosa. Havia o Conselho, formado por quatro militares, um auditor, um promotor e os advogados que funcionavam nas audiências. No mesmo ano de 1947, abriu uma vaga de segundo promotor substituto e assumi esse cargo. No ano seguinte, passei a primeiro promotor substituto, até que abriu o concurso para promotor militar titular: fui aprovado e continuei na Auditoria.

Memória MPM – *Esse concurso de dezembro de 1959, foi aquele em que passaram o Dr. Milton Menezes da Costa, o Dr. Ruy [de Lima] Pessoa e a Dra. Marly [Gueiros Leite]?...*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Exatamente! O senhor está bem-informado! A Marly ficou no Rio de Janeiro, depois de passar por São Paulo; o Ruy foi para a Bahia e o Milton veio para São Paulo porque vagou o cargo de titular. O Ruy e o Milton tornaram-se, anos mais tarde, procuradores-gerais. Não sei dizer qual foi o destino dos outros aprovados.

Bem, aí chegou a Revolução de 1964. Para a 2ª Auditoria seguiam todos os processos relacionados à Segurança Nacional. Assim, acompanhei o rolo todo. Funcionei, por exemplo, no processo dos chineses, em 1964. Na denúncia dos oficiais que tiveram atitude contrarrevolucionária – havia, inclusive, generais envolvidos. Funcionei na denúncia dos sindicatos e líderes sindicais engajados na agitação marxista-leninista patrocinada pelo extinto governo João Goulart.

Atuei no processo dos frades dominicanos, que levaram ao [Carlos] Marighella, em 1969. Os dominicanos acolhiam os subversivos em uma igreja

HISTÓRIAS DE VIDA

em Perdizes. Foram julgados em setembro de 1971, sendo quatro ou cinco condenados. Foi um julgamento tumultuado, com assistência lotada, muitos religiosos na plateia e bastante interesse da imprensa.

Funcionei em muitos processos sérios, inclusive num em que logrei condenar um réu à morte. A sua vítima era um tenente da Polícia Militar, chamado Alberto [Mendes Júnior], refém do grupo de Carlos Lamarca, que foi morto a coronhadas e enterrado ainda vivo, na região de Sete Barras, interior de São Paulo. O Superior Tribunal Militar converteu a pena de morte em uma pena de prisão.

Bem, eu trabalhei durante todo esse tempo. Em janeiro de 1972, fui promovido a procurador na Guanabara e, logo depois, me aposentei, pois já tinha mais de 30 anos de serviço. Durante todos esses anos, advoguei, porque, naquele tempo, curiosamente, os promotores podiam advogar, menos contra a Fazenda Nacional e as Forças Armadas. Assim, eu mantinha um escritório grande em São Paulo. Me especializei em advocacia de família. Fiz muita separação, divórcio, desquite. Trabalhei até dois, três anos atrás, quando fui acometido de artrose em ambos os joelhos, o que dificulta meus movimentos. Tinha que me submeter a uma operação, tomar remédios e passei a andar na cadeira de rodas. Nessa ocasião, já trabalhava em casa, mas chegou um ponto em que parei, não dava mais.

Memória MPM – *Estou vendo, nesta sala, muitas fotografias de cavalos, de cavaleiros, adereços que representam figuras de cavalos...*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sempre fui apaixonado por cavalos! Naquela foto sou eu, saltando. Sou sócio há anos da Sociedade Hípica Paulista, onde mantive cavalos por muito tempo. Aquela outra foto é da minha turma do CPOR, em um trabalho de campo. Já estão quase todos falecidos.

Memória MPM – *O senhor estudou Direito no Largo de São Francisco? Como era naquela época?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sim. A Faculdade de Direito funcionava no antigo convento, que existe até hoje. Então, quando entrei, ainda funcionava lá; depois foi erguido o prédio atual.

Memória MPM – *O senhor se recorda dos professores?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Eram todos civis, não havia nenhum padre. Lembro-me muito do Miguel Reale, que foi meu professor de História da Filosofia do Direito. Era uma Faculdade muito reconhecida e a única em São Paulo. Depois começaram a aparecer outras Faculdades.

Memória MPM – *O senhor funcionou no processo relativo à chamada Rebelião dos Sargentos, acontecida em setembro de 1963?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – No processo dos sargentos propriamente dito, não, porque esse correu, salvo engano, no Rio de Janeiro. Mas houve um, também instaurado na 2ª Auditoria, em São Paulo, que, inclusive, envolvia civis.

Os sargentos reivindicavam o direito a serem elegíveis para o Poder Legislativo, porém, o STF negava-o, o que serviu de pretexto ou justificativa para a insubordinação. Em Brasília, a coisa foi feia, porque cerca de seiscentos rebeldes se apoderaram do prédio do Departamento Federal de Segurança Pública, além do Ministério da Marinha, da *Rádio Nacional*, entre outros. As comunicações da Capital Federal com o resto do país foram cortadas. Ministros do STF foram tomados como reféns. O presidente da República estava em viagem, não estava lá. O Exército foi eficiente e sufocou a rebelião em cerca de

doze horas e mais de quinhentos rebeldes foram detidos e enviados para um navio-prisão no Rio de Janeiro.

O IPM instaurado na 2ª Auditoria pretendia apurar os responsáveis pelo planejamento da rebelião em São Paulo, onde ela também repercutiu. Em 19 de março de 1964, no mesmo dia em que meio milhão de paulistanos tomavam as ruas na “Marcha pela Liberdade”, protestando contra a ameaça de ditadura, 14 indiciados, doze dos quais sargentos, e dois civis foram julgados. Seis sargentos foram inocentados e os demais, condenados a quatro anos de reclusão, que então era a pena máxima para os crimes de incitamento contra a autoridade e insubordinação militar. Mas não fui eu quem funcionou no julgamento.

Os dois civis envolvidos eram os sindicalistas [José Araújo] Placido, e [Affonso] Delellis, que era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, empossado nessa função em setembro de 1963. O Sindicato participava do Comando Geral dos Trabalhadores e apoiava abertamente a política de radicalização do presidente Jango. Delellis e Placido, assumidamente comunistas, participaram do movimento dos sargentos, já que os insurgentes também apoiavam Jango. Eles estavam com panfletos do PTB, apoiando a elegibilidade dos sargentos e o movimento todo. Conduziram sargentos em seu automóvel. Ambos foram presos em dezembro e soltos em janeiro; acabaram indo a julgamento como revéis, pois estavam foragidos.

Memória MPM – *Mas a Lei de Segurança Nacional já permitia que civis fossem julgados pela Justiça Militar?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sim. A Lei nº 1.802 conferia, à Justiça Militar, a competência para julgar os crimes contra a segurança externa. Mas, como eles foram presos na área do quartel de Quitaúna, do II Exército,

e estavam envolvidos numa rebelião que tomou a Capital Federal e respingou em São Paulo e no Rio de Janeiro, considerou-se crime militar. O ponto é que, nas declarações que prestaram nos autos, eles afirmaram que tanto a Rebelião dos Sargentos, quanto as greves, deflagradas em grande número em São Paulo naqueles tempos, haviam eclodido por ordem do próprio presidente da República.

Recebendo aquelas declarações, fiz um ofício ao procurador-geral da Justiça Militar, o senador catarinense Ivo d'Aquino [Fonseca], juntei com uma cópia dos depoimentos (que afirmavam que o responsável pelas greves e pela insurreição era o João [Belchior Marques] Goulart), e solicitei providências no sentido de denunciar o presidente da República. Ainda em dezembro de 1963, como resposta, recebi uma ordem da Procuradoria para deixar o cargo, e o ministro da Justiça [Abelardo de Araújo Jurema] veio pessoalmente a São Paulo para efetuar a minha prisão. Procurei o general Amaury Krueel, comandante da Região Militar, que me recomendou desaparecer. Então, me escondi no Guarujá. Como vagou o cargo, o Dr. Milton Menezes da Costa, que havia passado no concurso de 1959, foi indicado para o meu lugar. Assim, quem fez o julgamento foi o Dr. Milton, que mais tarde tornou-se nosso procurador-geral e por quem tenho imenso respeito. Ele tinha um viés meio esquerdista e creio que aliviou a mão na hora do julgamento. Eu teria sido mais duro na denúncia e na sua sustentação, pois, para mim, a responsabilidade de altas autoridades da República, naquele episódio, era evidente. Além disso, eu teria insistido em denunciar o envolvimento do presidente da República

Memória MPM – *O senhor chegou a ser demitido ou foi transferido?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Fui afastado pelo ministro da Justiça e reintegrado ao posto com a Revolução.

Memória MPM – *Mas o senhor já era concursado, como conseguiram afastar um concursado?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Precisariam fazer um processo, pois em 1960 eu requerera estabilidade, em função de decorridos mais de cinco anos no exercício da função pública. Mas eu fui para o Guarujá, onde me escondi e, em março, veio a Revolução.

Eu estava no gabinete do Krueel, quando ouvi uma conversa dele com o Jango, pelo telefone. O Krueel dizia para o presidente voltar atrás e fazer uma declaração de que era democrata, que não apoiava a quebra da hierarquia militar, tampouco o clima de insubordinação civil. Na prática, ele estava instalando uma República sindicalista. As pessoas estavam convencidas de que ele e o Brizola queriam fechar o Congresso e instalar uma ditadura comunista. Foi nesse contexto que ocorreu aquela greve dos marinheiros no Rio de Janeiro. O clima, que já era muito tenso em função da Rebelião dos Sargentos e das muitas greves, ficou insustentável. A quebra da hierarquia e da disciplina militares e a insubordinação civil estavam patentes.

Enfim, quando veio a Revolução, o Krueel mandou um recado para eu reassumir o cargo, assim, espontaneamente. Perguntei sobre o procurador-geral que havia me afastado e ele disse que era para eu reassumir por ordem dele e pronto! Aí, voltei para a 2ª Auditoria e não saí mais de lá. Em 1972, fui promovido para a Guanabara, mas continuei vinculado a São Paulo. Quando fui transferido para Brasília, solicitei minha aposentadoria. Aconteceu muita coisa nesse tempo em que atuei como promotor e como procurador... até ameaça de morte eu recebi, assim como muitas cartas anônimas.

Memória MPM – *Então, o senhor já estava em São Paulo quando estourou a Revolução. Colaborou nesse processo?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sim, eu estava em São Paulo. As coisas eram diferentes do que hoje em dia. Eu pertencia a uma geração de guerra, que fora treinada para estar em prontidão. Primeiro, lutamos contra o fascismo. Em seguida, veio o inimigo comunista. O mundo atravessava a Guerra Fria. A revolução cubana, acontecida havia pouco, em pleno continente americano, despertava medos e paixões. Quando eclodiu o movimento dos sargentos, encaramos nossos piores temores, fantasmas da Intentona do Prestes, de 1935, quando militares foram covardemente assassinados dentro dos quartéis, enquanto dormiam, por colegas de farda. Parte dos sargentos apoiara o Jango e o Brizola em 1961 e se falava muito nos Grupos dos Onze, que estariam se organizando por todo o país. Havia greves. Ou fazíamos alguma coisa, ou corríamos o sério risco de sermos tragados por aquela maré. Se não houvesse ocorrido a Revolução, onde nós estaríamos?

Memória MPM – *Em princípios de setembro de 1964, o senhor confirmou ao jornal **Estado de São Paulo** que teria sido indicado pelos comandantes do II Exército e da Quarta Zona Aérea ao cargo de procurador-geral de Justiça Militar, mas a nomeação recaiu, por aqueles dias, sobre Eraldo Gueiros Leite...*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sim, eu estava ligado à Revolução e uma convocação assim seria natural. Ficaria muito honrado com a nomeação, mas já fiquei honrado com a indicação e os apoios recebidos. O presidente Castelo Branco preferiu o Dr. Eraldo Gueiros, pois os dois eram amigos desde os tempos de Recife. Eu tinha muita proximidade com o Krueel. Trabalhei como

assistente jurídico do comandante do II Exército durante muito tempo, sem prejuízo de minha função. Continuei nessa atividade mesmo depois de minha promoção para a Guanabara. Também trabalhei no gabinete do secretário de Segurança de São Paulo.

Memória MPM – *O senhor mencionou vários casos nos quais atuou...*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sim, fiz uma quantidade enorme de denúncias. Fui campeão de prisões! Estão todas documentadas, pois guardo cópias das denúncias. A Lei de Segurança Nacional previa prisão preventiva em face da denúncia.

Memória MPM – *E, em geral, havia condenação?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Havia muitas condenações, até porque as provas eram consistentes e muitas prisões, em flagrante. Recordo-me de um caso curioso. Eu estava em meu escritório e fui procurado por um colega que disse precisar muito de meu auxílio. Ele tinha um preso que estava no Hospital São Camilo, que havia sido baleado em um confronto com o pessoal do Exército e aguardava para ser operado. Nesse confronto morrera um oficial e o meu colega não queria entregá-lo para o Exército, temendo que o matassem. Preferiu entregá-lo para mim, de forma que eu poderia prendê-lo e fazer o processo, mas ele estaria sob a proteção da Justiça. Logo recebi um telefonema do Exército, questionando onde estava o preso e eu disse que não tinha conhecimento. Peguei meu carro, fui até o hospital e falei com o diretor: “Vou entregar essa pessoa para o senhor; o senhor será o responsável por ele.”. Mandei bater um termo de entrega de preso e fui embora. Parece que o rapaz sobreviveu depois da operação.

Outra vez, fui designado para ir a Curitiba visitar um coronel que estava preso e negava a acusação de ser comunista que incitava os subalternos. Fui ao local em que ele estava preso e conversamos, mas continuou negando. Então eu disse: “Se o senhor confessar, vou abrir um inquérito e o senhor será processado. Se não confessar, não sei o que vai acontecer com o senhor, e não me responsabilizo, porque vai ser entregue aos militares.”. Voltei ao hotel, onde recebi um telefonema do coronel. Ele disse que havia pensado melhor e que me contaria tudo o que tinha ocorrido e as pessoas envolvidas. Perguntei se era de livre e espontânea vontade. Ele respondeu que preferia ser preso e condenado, mas ficar vivo. No outro dia, peguei a declaração dele e voltei para São Paulo; esse foi um dos processos em que atuei também fora de São Paulo.

Outro fato significativo foi o julgamento de um companheiro do Lamarca que foi preso. Durante o julgamento da prisão preventiva, os jornalistas estavam acampados na frente da Auditoria. Procurei o auditor, Dr. [Tinoco] Barreto, e lhe falei: “Há uma turma de jornalistas acampados lá na frente para fazer pressão, o que o senhor vai fazer referente a isso?”. Ele disse apenas que não ia se meter e falou para eu procurar o outro auditor, que era sobrinho do Dr. Paulo Carneiro Maia (professor emérito do Largo de São Francisco e célebre advogado). Subi para falar com ele, que também falou que não se envolveria. Disse-me para resolver. Eu não tinha como resolver, era apenas promotor, ele era o responsável pela Auditoria! Mas, desci e procurei o sargento Roberto, um negro de dois metros de altura, e lhe informei que tínhamos uma missão; descemos com dois praças armados, cheguei lá e disse: “Vocês têm meia hora para sair daqui, se não a Polícia vai prender vocês ou coisa pior!”. Eu estava desarmado, mas o sargento Roberto carregava uma

metralhadora. Depois de um tempo, veio o que poderia ser o jornalista-chefe e disse que sairiam em paz. Porque eu tinha alertado que, se eles não saíssem, não me responsabilizaria pelo que viesse a acontecer, porque, naquele tempo, valia tudo!

Memória MPM – *Como foi acompanhar o inquérito do [Vladimir] Herzog, um caso emblemático que impactou a história do país?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Atuei na assessoria de diversos IPMs. Quando houve o caso do Herzog fui designado, pela Procuradoria-Geral de Justiça Militar, para acompanhar o inquérito, todo o desenrolar, a produção de provas. A família do Herzog estava representada pelo José Carlos Dias, que depois veio a ser ministro da Justiça, e que moveu uma ação contra o governo. Foi por causa desse processo e da morte do [Manoel] Fiel [Filho], que, pouco tempo depois, o general Ednardo [D'Ávila Mello] acabou sendo afastado. Esse foi, talvez, o processo mais sério que assessorei.

O encarregado era o [general] Cerqueira [Lima]. Foram ouvidas as testemunhas de defesa e de acusação. Fui ao Instituto Médico Legal para ver o cadáver. Também vi as fotografias do corpo, tiradas dentro da prisão, que o retratavam enforcado com o próprio cinto. Me convenci de que se tratava de suicídio.

Memória MPM – *O rabino [Henry Isaac] Sobel, ao preparar o corpo, que, como suicida, teria de ser enterrado fora do cemitério, mudou de ideia e resolveu sepultá-lo dentro, pois concluiu que o mesmo apresentava indicações de sevícias, incompatíveis com a tese de suicídio. Quando o senhor esteve no IML, não viu nenhuma marca?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – O corpo estava nu, disposto em uma pedra, pois os judeus costumam banhar os seus cadáveres antes de sepultá-los. Não havia sinais aparentes de que tivesse sofrido tortura. Dizem que ele se suicidou porque entregara os companheiros e isso lhe provocara um drama de consciência. Parece que ele tinha uma tendência depressiva. Chegou a escrever uma carta, confessando ser subversivo. Depois a rasgou e se suicidou.

Memória MPM – *A família não reconheceu, nessa carta, o estilo de redação do Herzog...*

Durval Ayrton Moura de Araujo – A esposa dele reconheceu a grafia e a assinatura do Herzog. Isso está no inquérito.

Memória MPM – *Um dos motivos para que a tese do suicídio tenha sido muito contestada foi porque os joelhos estavam fletidos nas fotos da prisão que foram divulgadas. Além disso, o Herzog havia se apresentado espontaneamente pela manhã e, à tarde, já estava morto.*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Levantaram diversas hipóteses no sentido de tentar provar que ele fora torturado antes de morrer. Porém, na fotografia grande, que analisei durante o inquérito, ele estava pendurado com o cinto do macacão que eles davam para os presos.

Memória MPM – *Costumavam deixar os presos com cinto nas celas?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Até então sim. Só começaram a tirar depois da morte do Herzog. Mas, até então, fazia parte do uniforme, um macacão com cinto, com o qual ele se enforcou.

Memória MPM – *Isso acendeu um barril de pólvora em São Paulo, ocorreu uma missa ecumênica com 40 mil pessoas na Catedral da Sé.*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sim, estava presente o cardeal-arcebispo [dom Paulo Evaristo] Arns, que dava cobertura para os subversivos, assim como aquele lá de Recife [dom Hélder Pessoa Câmara]. A Igreja dava cobertura, recebia e protegia esse pessoal. Como o Marighela foi morto? Porque os dominicanos foram apertados e deram toda a ficha: que ele estaria tal dia na Av. Casa Branca, etc. Ele foi morto no carro pela equipe do delegado [Sérgio Fernando Paranhos] Fleury.

Memória MPM – *O senhor chegou a conhecer o Fleury?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Conheci-o pessoalmente, e em circunstâncias especiais. Eu estava em Ilha Bela, num barco, quando ele chegou, também de barco, com companheiros e amigos. Quando foi pular de um barco para o outro, caiu no meio. Morreu prensado, afogado, entre os dois barcos. Nem se fez autópsia. Estava junto um delegado de Polícia, muito amigo dele, que não deixou fazer. Tecnicamente, teria de ser feita, mas aceitaram os testemunhos. Parece que teve um infarto e caiu dentro da água, ficando preso entre os dois barcos. Meu barco estava do lado. Era um delegado especial; um homem corajoso, de iniciativa, mas meio bandido também, porque prendia e torturava. Era um delegado temido...

Memória MPM – *Falando nessas denúncias de maus-tratos aos presos, elas chegavam às Auditorias?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Não, nunca! Eu recebia os inquéritos já prontos, com o relatório do delegado. Não havia nenhum sinal

concreto. Comentava-se que o sujeito poderia ter sido torturado, que teriam lhe feito isso ou aquilo. Mas, veja, todo preso diz que sofreu maus-tratos. É uma estratégia de defesa. Agora, provas concretas, não havia. O responsável pelo DOI-Codi [Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna] era o general [Carlos Alberto Brilhante] Ustra, que, até hoje, está sendo processado e foi citado pela Comissão da Verdade. Dizem que fazia essas coisas, apesar de ele negar. Até admito, hoje, que acontecesse algo, pois, como dizia o Jarbas [Gonçalves] Passarinho, nós estávamos em guerra. E do outro lado também se promoviam excessos. Por exemplo, morreu aquele soldado sentinela [Mário] Kozel Filho, que estava na guarita quando jogaram um carro cheio de explosivos em cima dele, um menino de 18, 19 anos. De ambas os lados se cometiam exageros. Nós enfrentávamos bandidos, assaltantes de Banco. Eles me conheciam e me procuravam, o pessoal do DOI-Codi e do DOPS. Pediam conselhos, orientação jurídica. Mas nunca tive conhecimento de nenhuma tortura.

Memória MPM – *No inquérito do Herzog, testemunhas que teriam sido detidas na mesma oportunidade, como o jornalista Paulo Markun, não relataram terem sofrido tortura?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sim, de fato, como mencionei, houve empenho de alguns para consolidar a tese de que o Herzog teria sofrido tortura na prisão, mas não havia provas suficientes, eram declarações subjetivas; outras, não diziam respeito ao caso em si.

Memória MPM – *O juiz federal João Gomes Martins, titular da 7ª Vara, foi impedido, por um mandato de segurança do governo, de ler a sentença no caso da ação civil que a família moveu contra a União. Ele estava às vésperas da aposentadoria compulsória, aos 70 anos...*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Correto. Aí a ação foi para as mãos de um juiz bem mais moço [Márcio José de Moraes], que contestou a nossa conclusão de que se tratava de suicídio e responsabilizou a União. No final, a família recebeu uma indenização.

Memória MPM – *Foi uma decisão que repercutiu no mundo inteiro. O senhor mudou a sua opinião em relação à interpretação dos fatos?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Respeito a perspectiva do juiz e, realmente, depois de tanto debate, a gente reflete. Mas eu ainda acho que faltam elementos para, objetivamente, sepultar a versão de suicídio.

Memória MPM – *O general Leônidas Pires Gonçalves seguiu convicto, em suas últimas entrevistas, de que se tratava de suicídio, assim como o coronel Erasmo Dias.*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sim...

Memória MPM – *Logo depois da morte do Herzog ocorreu a morte, em condição suspeita também, do sindicalista Manoel Fiel Filho. O senhor chegou a funcionar nesse inquérito?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Não. Foi uma fase muito difícil... Havia muita tensão e desconfiança. Ao mesmo tempo em que se começava a falar em revogação do AI-5, havia quem generalizasse, vendo comunistas e terroristas por tudo. Isto é, um sujeito tinha uma inimidade qualquer e já o acusava de ser comunista.

Memória MPM – *O senhor falou sobre a pressão que os jornalistas faziam sobre o Conselho. Havia pressão dos militares?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Nenhuma. Sabe como é militar: cumpre ordem. A ordem era cumprir a lei. O auditor tinha a função de dar orientação jurídica ao Conselho, mas o julgamento era do colegiado. Eles não sofriam pressão nenhuma, ao contrário.

Memória MPM – *O senhor chegou a pedir absolvição alguma vez?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Muito raro, pois quando o inquérito feito nos quartéis ia para a Auditoria, já estava bem-preparado: faziam a coisa de acordo com a lei. Era tudo exemplar. As denúncias do Ministério Público eram publicadas na íntegra em alguns jornais. Mas caso não houvesse caracterização de delito, eu não pedia condenação. Porém, geralmente tinha, vinha tudo bem-preparado: declaração pronta, confissão, testemunhas, corpo de delito.

Memória MPM – *O senhor mencionou, antes, ter sofrido ameaças...*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Foi uma vida tumultuada. Sofri ameaças. Um dia estava em casa, e, como era solteiro, morava com a minha mãe, que já era viúva; tinha acordado cedo e minha mãe disse que havia três pessoas lá embaixo que estavam esperando por mim. Eram pessoas que o general Kruehl havia enviado para me proteger, como se fossem guardas. Aí, telefonei e lhe disse que não precisava, mas ele disse que eu estava correndo riscos.

Memória MPM – *Isso foi em 1964?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Exato, em plena Revolução. Em outra ocasião, na Auditoria, recebi uma caixa com uma bala de revólver dentro e um bilhete: “Esta é para vossa senhoria.”. Era difícil, porque durante esses anos todos, meu nome saía diariamente no jornal.

Memória MPM – *Quando o senhor pedia as denúncias, a tendência do Conselho e do juiz-auditor era acompanhar?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Geralmente sim, acompanhavam.

Memória MPM – *E costumava haver votos divergentes?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Raramente. Militar pensa da mesma maneira. Chegava um processo lá, era comunista, era subversivo, era assaltante de Banco, não tinha dúvida que seria condenado. Mas depois, entravam com recurso para o Superior Tribunal Militar.

Memória MPM – *O Tribunal costumava confirmar as condenações e sentenças?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – De um modo geral, confirmava. Mas era muito imparcial. Hoje em dia, o Superior Tribunal Militar é presidido por uma mulher; naquela época eram todos homens, generais, almirantes, junto com os civis que representavam o Ministério Público. Também havia um corpo grande de excelentes advogados que defendiam seus clientes. Os criminalistas célebres que hoje aparecem, muitos advogaram lá.

Memória MPM – *Nos processos em que o senhor funcionou, algum advogado hoje célebre foi réu?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sim, lembro o Modesto Carvalhosa, por exemplo, que foi réu em um processo, creio que da ALN. Já se passou muito tempo, não lembro o nome de todos os que figuraram nesses processos. Mas havia muitos intelectuais envolvidos com a subversão.

Eu trabalhei num processo sobre os médicos da Faculdade de Medicina. O advogado de um deles foi o Paulo José da Costa.

Memória MPM – *O senhor se recorda dos intelectuais e artistas envolvidos? O Florestan Fernandes é dessa época.*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Havia muitos comunistas no meio intelectual e artístico. Um intelectual que defende ideias socialistas é contra a propriedade privada. O Florestan Fernandes é do meu tempo, mas não lembro de tê-lo denunciado, apesar de estar envolvido em um processo. Também tinha o Caio Prado Júnior e o Sérgio Buarque de Holanda, ambos envolvidos no processo sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras da USP. Em 1966, o processo das “Cadernetas do Prestes” atraiu outro processo de professores e alunos da Faculdade, dentre os quais Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, porque havia um professor citado em ambos.

Mas o processo com mais repercussão talvez tenha sido o dos frades dominicanos. O julgamento aconteceu em setembro de 1971. Quatro foram condenados a quatro anos de prisão, dentre os quais, o frei Beto. Catorze foram absolvidos por falta de provas. Os padres compareceram em massa à sessão, cujo veredicto foi anunciado perto da meia-noite. Eu tinha ido a Roma uns anos antes e trouxera um pergaminho com uma bênção papal. Então, abri a acusação exibindo o pergaminho aos padres: era eu quem representava o verdadeiro cristianismo! Não eles!

Memória MPM – *O advogado Mario Simas chegou a sustentar a tese de que o Marighella teria sido transportado já morto para o carro que havia trocado tiros com a viatura da Polícia...*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Sim, uma tese absurda. Quem teria, então, matado a investigadora [Estela] Morato, que estava no local? Esta falta de sentido dá conta do quanto foi um julgamento tumultuado.

Hoje, eu não teria resistência para enfrentar tudo isso. Estava permanentemente correndo riscos. Trabalhei muito, pegava inquéritos grandes com 10, 15 volumes.

Memória MPM – *Como fazia para processar esse montante? Porque, às vezes, havia processos de muitos volumes, com dezenas de réus. O senhor tinha 15 dias, prorrogáveis por mais 15, para oferecer a denúncia.*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Passamos por isso no processo das Cadernetas do Prestes. Ainda em abril de 1964, fizeram uma diligência e encontraram 18 cadernetas escritas à mão pelo próprio Prestes no apartamento dele. Parece que havia mais uma, porém, desapareceu. Nessas cadernetas, ele descrevia cada um dos participantes do movimento. Uma coisa curiosa é que, em 1966, durante o processo das cadernetas, fui para Europa, nas férias, com um grupo de amigos. Eu guardava vários processos no meu escritório e tive a cautela de devolvê-los para a Auditoria antes de partir, o que foi a sorte, porque houve um incêndio. Foi um incidente casual, mas se tivesse deixado os processos lá, teriam queimado, inclusive este do Prestes, no qual funcionei, mas não ofereci a denúncia, porque precisava de diligências. Não lembro exatamente o que aconteceu.

Memória MPM – *Agora, com relação a essa caderneta que teria desaparecido, tem gente que especula que ali estariam os nomes dos militares que seriam associados ao Partido Comunista.*

Durval Ayrton Moura de Araujo – E tinha mesmo.

Memória MPM – *Porque nas outras cadernetas não apareciam nomes de militares, somente civis.*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Exatamente, só apareciam civis. Curiosamente, a subversão também estava dentro das Forças Armadas. Cabos, sargentos e até oficiais, como o Lamarca, que surpreendeu. Ele, inclusive, era instrutor de tiro e, quando fugiu, levou o armamento. Acabou morrendo lá na Bahia. Eu tenho um grande arquivo com cópia dessas denúncias, inclusive a que propus contra o Jango. Engraçado, quando encaminhei essa denúncia ao procurador-geral, um amigo da Sociedade Hípica, promotor da Justiça Civil, o Dario de Abreu Pereira, me cercou e disse: “Você é um maluco, você é membro do Poder Executivo, como vai denunciar o presidente da República?”. Eu perguntei o que poderia fazer: estava lá no processo! Realmente, deu essa encrenca toda.

Memória MPM – *E o senhor acha que o Jango era realmente o responsável por aquelas greves?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – O Jango queria criar uma República sindicalista. Não acredito que ele fosse comunista, mas queria mudar a estrutura do Estado para implantar uma República sindicalista. Ele não aguentou e foi embora; acabou morrendo no exílio. No entanto, no meio militar havia um grande número de comunistas que se identificavam com o projeto janguista, ou eram até mais radicais, tanto é que os ministros militares, que o Jango nomeou, eram todos comunistas.

Memória MPM – *Alguns foram processados, como o almirante Aragão.*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Examinando os autos de um inquérito instaurado na 2ª Divisão de Infantaria, para apurar responsabilidades por um plano de ação contrarrevolucionária, em 1964, no qual figuravam, como indiciados, dois majores e alguns sargentos, concluí que estariam implicados três generais [Bandeira de Moraes, Aluísio de Miranda Mendes e Euryale de Jesus Zerbini]. Eles já tinham passado para a reserva quando pedi o encaminhamento dos autos para o Superior Tribunal Militar. Creio terem sido cassados, mas não sei dizer como o processo se concluiu.

Memória MPM – *E antes de 1964, o senhor se lembra de algum processo que tenha lhe chamado a atenção, além do caso dos sindicalistas ligados ao movimento dos sargentos?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Que tenha causado alguma comoção, não, pois, até 1964, a Justiça Militar só processava militares. Eu me lembro de ter processado um capitão homossexual, que foi expulso das Forças Armadas. Mas é só isso. O trabalho árduo veio mesmo com a Revolução: eu praticamente larguei meu escritório.

Naquela época, as Auditorias eram muito pobres e o salário, péssimo. Quando assumi o cargo, na 2ª Auditoria, tive que comprar uma escrivaninha, pois não havia nem móveis. Mas, por outro lado, não havia corrupção. Em uma ditadura onde o caminho seria amplo para a corrupção, não se ouvia falar de um único caso. Hoje sabemos que houve tortura, maus-tratos, violência, morte, mas não há registros de corrupção, como esta que ocorre hoje em dia e está estampada em todos os jornais. Os militares e seu regime tinham muitos defeitos, mas nesse aspecto em particular, não pesava nenhuma acusação.

Quanto à violência, no princípio, a gente não acreditava que ela acontecesse. Ainda no início da Revolução, o presidente Castelo Branco convocou todos os promotores e auditores para uma reunião em Brasília, na qual ele foi categórico: disse que não permitiria, durante seu governo, qualquer ato de violência contra os prisioneiros. Hoje sabemos que, com o tempo, a coisa se degradou, saindo eventualmente do controle, nas unidades. Ainda assim, acho que foi uma reação ao clima de violência disseminado pelo terrorismo. E, além disso, não creio que tenha sido uma coisa sistêmica. O regime cometeu, sim, os seus excessos, mas não era assassino. Prova disso é que muitas das pessoas que figuraram em minhas denúncias transitam hoje por aí, fazendo política e tocando as suas vidas. Muitos são remanescentes da subversão, como o [José] Serra, que era presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), e vários que integraram o governo Lula.

Memória MPM – *O senhor chegou a funcionar em algum processo em que o Lula aparecesse?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Não, ele apareceu apenas mais tarde. Era presidente de sindicato, participava de manifestações sindicais.

Memória MPM – *Surpreendentemente, depois que os militares saíram do governo, e entraram os civis, os promotores militares começaram a ser melhor remunerados.*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Exatamente! Seus proventos foram equiparados aos dos ministros do Supremo, na mesma proporção. Eu trabalhava muito, todo dia tinha sessão, que começava às 13 h e varava a noite. Às vezes, começávamos pela manhã.

Memória MPM – *E como fazia nesses processos que tinham dezenas de réus?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Eram raros. Em média, não passava de vinte réus. Nesses casos, em duas ou três sessões ouvíamos as testemunhas de acusação e de defesa, os advogados falavam e a sentença era prolatada. A Justiça Militar teve uma influência muito grande durante a Revolução. Todo mundo a acusa disso e daquilo, mas ela agiu muito bem, com imparcialidade, inclusive.

Memória MPM – *O senhor acha que teve momentos com mais volume de presos e de inquiridos? Ou era um fluxo contínuo?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Era bastante contínuo. Porém, com um aumento, pois começou a caça às bruxas, especialmente a partir do AI-5. É o tipo de coisa que ocorreu nos Estados Unidos, durante o macarthismo, onde diversos artistas foram presos. Esse mesmo movimento também ocorreu na Argentina.

Memória MPM – *O senhor mencionou que logrou uma condenação à pena de morte, no caso do oficial refém morto pelo pessoal do Lamarca. O senhor pediu, em outra oportunidade, pena equivalente?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Pedi a pena de morte em três processos, para nove diferentes indiciados. Em 1970, pedia-a para três assaltantes de Banco que haviam assassinado um agente federal que estava, por acaso, numa agência atacada da Caixa Federal. Presos os réus, antes que fossem julgados, evadiram-se da cadeia. Pedi-a para um jovem terrorista da ALN, que fora estudante de Medicina, indiciado em vários inquiridos por assaltos e mortes, inclusive de dois PMs com os quais trocara tiros. Em 1971, foram

condenados os réus do grupo do Lamarca responsáveis pela morte brutal do tenente da Polícia Militar de São Paulo. Também pedi a pena de morte para o próprio Lamarca.

Memória MPM – *Mais alguma coisa que o senhor queira acrescentar, deixar registrada?*

Durval Ayrton Moura de Araujo – Acho que o ponto mais importante é eu ter denunciado o presidente da República ao procurador-geral. Poucos tiveram essa coragem, porque eu praticamente pertencia ao governo. Muita coisa aconteceu, cada dia era uma novidade. Houve muitos processos diferentes e presos de toda ordem, desde o simples cidadão até o intelectual, o professor, o militar de alta patente. Para você ver como o comunismo tinha entrado no país...

Memória MPM – *Dr. Durval, muito obrigado por seu depoimento.*